

## Clipping n° 1040

, 31 Julho 2012 - 12:25:54

### **ABTG discute o futuro da comunicação impressa**

Um mercado em profunda transformação e uma indústria que procura formas de se adaptar a essas mudanças. Os avanços tecnológicos que revolucionaram a comunicação na virada do milênio colocaram em cheque parte significativa dos paradigmas que nortearam o setor de impressão desde, pelo menos, o século XVIII. Do ponto de vista dos empresários e profissionais gráficos, o momento urge a adoção de novas estratégias e modelos de negócios que contemplem as aspirações dos usuários de produtos impressos, sejam eles empresas ou consumidores. Foi esta a mensagem que dois dos mais respeitados consultores da área procuraram imprimir durante o workshop "Repensando o modelo de negócios da gráfica", oferecido em 23/7, pela ABTG. Em um programa que incluiu palestras e atividades práticas, Hamilton Terni Costa, empresário e consultor do setor gráfico nacional e internacional, e José Pires de Araújo Jr., administrador e professor do curso superior e de pós-graduação da Faculdade SENAI de Tecnologia Gráfica, mostraram que o foco da transição vivida pelo setor gráfico brasileiro não deve estar na tecnologia, mas sim na capacidade de trabalhar com novos modelos de negócios. Vivemos uma inversão histórica na área gráfica. Anteriormente, dispúnhamos de máquinas e oferecíamos, a partir daí, nossos serviços. Hoje, devemos partir das necessidades do mercado para identificar que tipos de máquinas e serviços iremos oferecer, resume Hamilton. Ou seja, essa mudança depende da nossa capacidade de desenvolvermos modelos inovadores de negócios. Uma análise realista do panorama comunicacional vigente revela que, com exceção das embalagens, praticamente todos os produtos impressos atualmente comercializados possuem algum tipo de substituto eletrônico. Pesquisas recentes mostram que o mercado gráfico mundial, hoje estimado em aproximadamente US\$ 700 bilhões, teria uma demanda entre 20% e 30% maior sem a pressão das novas possibilidades tecnológicas. Mesmo assim, a indústria gráfica brasileira tem ampliado seu crescimento relativo na comparação com mercados maduros, como o norte-americano. Em dois anos, o número de gráficas no País deve se equiparar à quantidade de gráficas nos Estados Unidos. O fato é que ainda há, no Brasil, demanda tanto para as formas tradicionais (estima-se que a quantidade mundial de leitores de jornal ainda é maior do que a de usuários de internet, numa proporção de 2,2 bilhões contra 1,9 bilhão, respectivamente) quanto para as novas aplicações para a mídia impressa. Como destaca o professor José Pires, a questão para quem insiste nas fórmulas conhecidas é que há cada vez mais competidores, ávidos por conquistar os clientes. Se não agregar valor ao seu negócio, você vai vender somente preço. Ou seja, você tem um produto com alto valor tecnológico embarcado, mas acaba comercializando como se fosse uma commodity, diz Pires, numa referência aos altos investimentos feitos pelo setor em maquinário importado e tecnologias de produção de última geração. E por quanto tempo você é manter esse cliente? Só até o próximo orçamento. É exatamente por esse motivo que a ABTG tem apostado na disseminação de informações para valorizar os produtos e serviços oferecidos pelo setor gráfico nacional. O mercado gráfico precisa se tornar cada vez mais profissional. Precisamos de executivos. Estamos vivendo um momento de grande competição, resume o presidente da ABTG, Reinaldo Espinosa. Em iniciativas como o workshop sobre modelos de negócios, os participantes podem identificar e discutir as principais demandas dos clientes e trabalhar em exercícios para atendê-las de maneira inovadora. E parte significativa dessas inovações virá, justamente, desse novo mundo digital, muitas vezes visto como ameaçador. Rapidez, flexibilidade, sustentabilidade, personalização/customização,

inovação, desenvolvimento participativo dos produtos e informatização foram algumas das tendências abordadas durante o workshop e que podem ser exploradas pela gráfica do futuro. Assim, o setor deve se adaptar às demandas do marketing de precisão, que cada vez mais se apoia na personalização da comunicação. A área de transpromoção ou a customização dos anúncios enviados junto com documentos transacionais como boletos e extratos, a partir de informações dos clientes de bancos, associações e seguradoras é um dos exemplos. Mas há outros, como as soluções cross media para a área de embalagens, com caixas que acionam conteúdos digitais de realidade aumentada; QR codes que complementam os anúncios e informativos; e a impressão sob demanda para livros, photobooks e demais tipos de impressos. Para José Pires, o grande desafio diante de tantas possibilidades é identificar um nicho de mercado e definir um modelo de negócios. Identifique o que seu mercado precisa. Entenda o que o seu cliente quer. O que ele dá valor? Planeje de que maneira você irá atingir o seu mercado-alvo e avalie quais as soluções disponíveis, discorde. E como identificar essas demandas se, como lembra Hamilton, na maioria dos casos, o cliente não externaliza mais do que 10% do que quer? As respostas não estão prontas, mas o caminho é, sem dúvida, investir na qualificação de profissionais, técnicos e executivos do setor. **RV& A Ampliando a gama de opções de impressão, Durst foca qualidade na impressão de corrugados**

Ampliando a gama de tecnologias de impressão para mídias corrugadas, a Durst disponibiliza no mercado a série Rho, a qual utiliza o mesmo conceito robusto de impressão industrial da empresa para mídias diferenciadas, entre elas, o mercado de embalagens corrugadas. Trata-se de um segmento em franca expansão e que atrai os olhos de todos os fabricantes. Mas posso afirmar que, em termos de tecnologia e suporte de mídia, a Durst mais uma vez sai na frente, diz Flávio Hirata, CEO da Durst Brasil. Para impressão de corrugados, a Durst disponibiliza no mercado nacional a série Rho 700/900, assim como a Rho 1000, um dos destaques da empresa na Drupa 2012. Tipicamente, o que vemos no trabalho de impressão em corrugados é a danificação do material, onde ocorre muita perda. Com nosso processo, a qualidade começa no transporte da mídia, passa pela impressão, pela tecnologia da mesa, até a saída e empilhamento do material, atesta Hirata. Para isso, a série de impressoras inkjet UV Rho possuem agora opções para se adaptarem especificamente ao trabalho com mídias corrugadas; no caso, uma nova tecnologia de vácuo e cintas de transporte aplicada à mesa à qual o substrato é preso e transportado através dos cabeçotes de impressão da máquina assegura não somente que o processo ocorra com maior estabilidade, como também sem danos ou rasuras na mídia. Além disso, guias laterais permitem ajustes verticais e horizontais para que todo o processo se adapte ao formato e características do substrato corrugado em nível de espessura e tamanho. Especificamente para a Rho 1000, a Durst anuncia também um sistema de transporte de mídia totalmente automático e flexível, primando pela qualidade no transporte da mídia até a máquina e sua entrada precisa na impressão. Entre os modelos que a Durst possui para trabalhos com mídias corrugadas destacam-se a Rho 750, que suporta larguras de até 250 cm, tem velocidade de 180 m<sup>2</sup>/hora e sistema de impressão que incorpora um número maior de cabeças, permitindo maior velocidade sem perda de qualidade; a Rho 900, uma impressora com largura de 250 cm focada em produção (220 m<sup>2</sup>/hora), com 600 dpi de resolução, acionamento via motor linear, sistema Quadro Array 30D e que traz possibilidade de ampliação do padrão de cores através da adição de tons especiais (além do padrão CMYK) para trabalhos especificamente com o segmento de embalagens, decoração, objetos transparentes etc.; a Rho 800, com velocidade para 120 placas/hora; e, por fim, o destaque Rho 1000, um equipamento classificado como Premium com produtividade para mais de 600 placas/hora (125x80 cm), largura de 250 cm, resolução de 600 dpi e possibilidade de se trabalhar com branco e verniz. **Abigraf Para Brizola Neto, legislaçã o trabalhista deve se modernizar, mas sem precarizar**

"A legislação trabalhista pode e deve se modernizar, desburocratizar e ser simplificada, sem precarizar o trabalho", disse nesta segunda-feira o ministro do Trabalho, Brizola Neto, durante almoço com empresários do Grupo de Líderes Empresariais (Lide), em São Paulo. "A legislação não é intransponível. O regime de direitos e garantias nunca foi entrave ao desenvolvimento da indústria nacional", afirmou Brizola Neto.

O ministro comentou o projeto de lei das terceirizações, reforçando a importância de se regulamentar esse tipo de vínculo

disseminado no mercado de trabalho brasileiro sem que haja prejuízo aos direitos garantidos aos trabalhadores na legislação atual.

Brizola Neto também comentou a lei que regula a jornada de trabalho dos caminhoneiros, segundo a qual eles são obrigados a ter 11 horas de descanso diário, fazer intervalos de 30 minutos a cada 4 horas e também têm direito a uma hora de refeição. A lei foi questionada pelos caminhoneiros, que dizem não haver no país condições para que ela seja cumprida.

"A lei da jornada de caminhoneiros é um avanço. É fundamental não retroagirmos com uma lei que garante a segurança não somente do trabalhador, mas da sociedade", disse Brizola Neto.

#### **Governo negocia acordo entre sindicato e GM**

O ministro afirmou que o governo está conversando com o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e com representantes da General Motors para encontrar a melhor solução para o futuro da unidade da empresa localizada na cidade, onde uma das linhas de produção pode ser extinta.

Na terça-feira passada, a GM suspendeu as atividades no complexo industrial de São José dos Campos por um dia, concedendo licença remunerada para os 7,5 mil funcionários da unidade. Há um impasse provocado pela ameaça de demissão de 1,5 mil trabalhadores do setor de MVA (Montagem de Veículos Automotivos), de onde saíram os modelos Meriva e Zafira.

Segundo o ministro, o saldo de empregos no setor automotivo tem crescido e a expectativa é que as montadoras elevem as contratações.

Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério, contudo, mostram que a indústria automotiva apresentou mais demissões do que contratações. Com a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) vigorando desde maio, a indústria de material de transporte demitiu 1.064 pessoas a mais do que contratou em junho. No acumulado do ano, o saldo é negativo em 3.790 vagas.

Seja como for, o governo vai querer explicar as montadoras. Na terça-feira (31) a direção da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) irá ao Ministério da Fazenda para explicar se está cumprindo ou não o acordo de manutenção de empregos na indústria automobilística em troca da redução do IPI.

Quanto às desonerações da folha de pagamento, Brizola Neto defendeu que o benefício continue sendo concedido a setores específicos, que necessitam mais de redução da carga tributária. "As desonerações estão sendo estudadas de acordo com a importância de cada setor e seu impacto na economia", afirmou. Ele não descartou que as desonerações continuem acontecendo, mas sempre de maneira setorial e não de forma generalizada. (Fonte: Valor Econômico) **Saiba como a**

#### **aposentadoria pode mudar**

Parlamentares e sindicalistas devem iniciar nesta quarta-feira pressões para que o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, coloque em votação projeto que muda a aposentadoria. Opinião: Mais que um número, fórmula 85/95 representa justiça socialidade mínima pode valer para novos trabalhadores A proposta extingue o fator previdenciário -- índice que reduz o benefício por tempo de contribuição de quem se aposenta cedo. A fórmula foi criada para estimular o adiamento do benefício, mas, na prática, isso não ocorreu. Os trabalhadores continuaram a se aposentar cedo, com valor menor, e optaram por continuar na ativa após receber o benefício. Além disso, há um agravante: em razão do fator, é impossível para o trabalhador programar sua aposentadoria. O índice muda --para pior-- todos os anos, com a evolução da expectativa de sobrevivência da população. Hoje, um homem com 60 anos de idade e 35 anos de contribuição tem fator 0,8668 (veja quadro). Porém um trabalhador com 55 anos de idade e 30 de contribuição não terá esse mesmo índice em cinco anos. O fator será menor --porque a expectativa de sobrevivência da população tende a aumentar--, e seu impacto na aposentadoria, maior. **FÓRMULA 85/95** A pressão pelo fim do fator aumentou há cinco anos. O Congresso chegou a aprovar sua extinção, mas o então presidente Lula vetou a proposta em 2010 por não haver um substituto para o índice. Agora as discussões voltam-se para o chamado fator 85/95, que já foi discutido anteriormente, mas acabou descartado. Como o governo não aceita o fim puro e simples do fator atual, a

A fórmula voltou a ser cogitada. A proposta é simples: aposentadoria integral quando a soma da idade do segurado com seu tempo de contribuição for 85, para mulheres, e 95, para homens. O tempo mínimo de contribuição (30 anos, para mulheres, e 35, para homens) seria mantido. A mudança valeria só para os trabalhadores da ativa (veja exemplos no quadro). O problema é que o governo, que já deveria ter apresentado uma contraproposta mais próxima do que considera viável do ponto de vista orçamentário, não conseguiu finalizar o texto até agora. Além disso, o Ministério da Previdência já fala que medidas provisórias podem emperrar as votações e levar a discussão para setembro. O relator do fator 85/95, deputado Ademir Camilo (PSD-MG), entretanto, afirma que Marco Maia será cobrado para manter o acordo de votação até o dia 10 de agosto. "Temos acordo com as lideranças. Se o governo não apresentar um novo texto, pode fazer ajustes no nosso." A CUT e a Força Sindical também prometem pressionar pela votação. Editoria de Arte/Folhapress **Idade mínima pode valer para novos trabalhadores**

O governo quer implementar a idade mínima para a concessão da aposentadoria por tempo de contribuição para novos segurados --aqueles que ainda não ingressaram no mercado de trabalho. Opinião: Mais que um número, fórmula 85/95 representa justiça social. Saiba como a aposentadoria pode mudar. Embora não tenha apresentado nenhum projeto formal, a equipe econômica do governo defende para a aposentadoria de futuros trabalhadores as idades mínimas de 65 anos (homens) e 60 anos (mulheres). A proposta mantém o tempo mínimo de contribuição atual --35 e 30 anos, respectivamente. A ideia, porém, encontra forte resistência nas centrais sindicais, o que pode atrapalhar a votação das alterações na aposentadoria. "Para nós, a idade mínima é absolutamente prejudicial para a maioria dos trabalhadores", disse Artur Henrique da Silva Santos, dirigente e ex-presidente da CUT. "É uma irresponsabilidade com as gerações futuras." A Força Sindical também diz ser contra. Para Julio Quaresma Filho, diretor administrativo do Sindinapi (sindicato dos aposentados da Força), a medida prejudica os mais pobres, que precisam trabalhar mais cedo. O Planalto procura respaldo para a idade mínima no avanço da expectativa de vida da população. No começo dos anos 60, a ministra Ideli Salvatti (Relações Institucionais) disse ter lido chamado "muito atenção" o fato de a expectativa de vida da população ter aumentado mais de 20 anos desde 1960. "Hoje estamos em 73." Também preocupa o Planalto o déficit da Previdência, que saltou 38,1% em junho, para R\$ 2,757 bilhões. As propostas não param aí. Fala-se ainda em idade mínima progressiva, que mudaria --para 61/66 anos, e assim por diante-- de acordo com o aumento da expectativa de sobrevivência da população. Essa progressão poderia ser aplicada para trabalhadores da ativa, no fator 85/95. Ou seja, aumentar para 86/96, depois para 87/97 etc., até o fator 95/105 se a população envelhecer demais. Também há resistência. "O fator 85/95 é o máximo que a gente consegue suportar", disse Artur Henrique, da CUT. **PENSÕES** A pensão por morte também deve ser revista. O governo gastou mais de R\$ 100 bilhões em pensões em 2011. Pode haver carência para a concessão e a limitação do valor da pensão em decorrência da idade e do número de filhos da viúva, por exemplo. Hoje, basta o segurado fazer uma contribuição para o cônjuge receber para sempre o benefício máximo, mesmo que case novamente. Além disso, distorções no cálculo fazem com que a pensão, muitas vezes, seja maior se o trabalhador morrer antes de se aposentar.

Editoria de Arte/Folhapress **Jorge Caetano Fermino**